

MORUMBI: o contraditório bairro-região de São Paulo¹

*Maria da Glória Gohn**

O trabalho apresenta um estudo sobre o processo de urbanização em São Paulo em um de seus bairros mais contraditórios: o Morumbi. Na atualidade, a região do Morumbi abriga a segunda maior favela de São Paulo, Paraisópolis, a quinta do Brasil e a quarta da América Latina. Dada a complexidade do bairro-região em termos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais, neste artigo, os dados são analisados segundo dois movimentos articulados. O primeiro, mais geral, retrata o cenário de suas paisagens, as mudanças ao longo dos últimos 30 anos, tanto no que se refere à verticalização de moradias para as camadas altas e médias da população, como a criação de polos de consumo de luxo e modernas torres empresariais. O segundo movimento retrata a expansão e o crescimento de suas favelas, analisando a sociabilidade existente nas associações de moradores de Paraisópolis e os principais projetos sociais que lá são desenvolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo civil, requalificação urbana metropolitana, projetos sociais em áreas pobres, Morumbi e Favela Paraisópolis, São Paulo.

INTRODUÇÃO

São Paulo é, na atualidade, palco de novas redes de associativismo, tanto por parte da sociedade civil – com iniciativas inovadoras que abrangem de resistência pacífica, desobediência civil, movimentos sociais, cooperativas de produção, fóruns e assembleias permanentes, redes de ONGs, acompanhamento de políticas públicas etc. – como por parte da sociedade política, com ações coletivas mais institucionalizadas, em parceria entre representantes do poder público e representantes da população organizada, como nos diversos conselhos e câmaras de gestão existentes.

* Doutora em Ciência Política. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp e do Programa de Pós Graduação da Universidade Nove de Julho e de Comitês Acadêmicos e de Assessoramento da ISA e do CNPq. Vice-Presidente do Comitê “*Social Movements and Social Classes*” da ISA-International Sociological Association. Rua Bertrand Russel, 801 - Cep: 13083-970. Barão Geraldo - Campinas - São Paulo - Brasil - Caixa-Postal: 6120. mgohn@uol.com.br

¹ Na fase de coleta de dados da pesquisa que deu origem a este trabalho, colaboraram os bolsistas do PIBIC/CNPq: Caroline Almeida de Carvalho, Antonio Carlos de Ângelo e Elisângela Souza Lima Watanabe, alunos da Uninove. São Paulo.

O destaque que registramos é que há um novo associativismo, localizado prioritariamente no urbano, e ele é novo na forma de se organizar, nas demandas e nas práticas desenvolvidas. Ele é ativo e propositivo, não se limita às camadas populares, atua em rede e se articula com uma nova esfera pública, criando espaço de interlocução, debates, proposições. Esse associativismo é herdeiro da trajetória de inúmeros sujeitos sociopolíticos na sociedade civil brasileira, representados por movimentos sociais, ONGs, associações de moradores, CEBS e outras entidades. A herança da militância em movimentos sociais nos anos 1970/80 deixou marcas diferenciadas. A influência das práticas da ala progressista da Igreja junto à organização popular fez do tema da autonomia um recurso estratégico, utilizado de diferentes formas pelos movimentos. Abrem-se, com isso, possibilidades para uma participação com controle social mais efetivo, menos cooptada e menos caudatária das redes de clientelismo.

As organizações populares, tradicionais e novas, têm enfrentado desafios inéditos para se readaptarem à nova conjuntura. Relações de novo tipo têm sido propostas por órgãos governamen-

tais e agências multilaterais, em processos massivos e sistemáticos de participação comunitária. Novas formas de organização têm sido criadas sob a forma de fóruns específicos ou transversais, assim como novas redes temáticas têm se formado, em articulações eventuais ou mais permanentes, onde se juntam movimentos de moradia, saneamento, transporte, jovens, mulheres, negros, grupos culturais, atividades artísticas e ativistas ambientais e sindicais, fazendo dos problemas sociais e das políticas públicas tema e objeto renovado de ação.

Para exemplificar o novo processo associativo existente neste novo século, este trabalho apresenta uma pesquisa realizada em São Paulo, focalizando um de seus bairros mais contraditórios: o Morumbi. Dada a complexidade do bairro-região do Morumbi em São Paulo, em termos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais, neste artigo, os dados são analisados segundo dois movimentos articulados. O primeiro, mais geral, retrata a paisagem desse cenário, analisando as mudanças ao longo dos últimos 30 anos, tanto no que se refere à verticalização de moradias para as camadas altas e médias da população, como à criação de polos de consumo de luxo e modernas torres empresariais, e os problemas existentes em termos de mobilidade urbana em sua malha viária, criada há mais de cinco décadas; o segundo movimento retrata a expansão e o crescimento de suas favelas, analisando a sociabilidade existente na associação de moradores da região, com destaque para a favela de Paraisópolis e para os principais projetos sociais que ali são desenvolvidos.

TRANSFORMAÇÕES URBANAS: o cenário do novo do Morumbi

A pesquisa selecionou para estudo a Zona Sudoeste de São Paulo e, nela, a atual subprefeitura do Butantã, que compreende os bairros de Butantã, Morumbi, Raposo Tavares, Rio Pequeno, Vila Sônia e Jaguaré. Este artigo aborda, por questão de espaço, apenas dois desses bairros: o Morumbi propriamente dito (o mais contraditório deles) e a Vila

Sônia. Na realidade, o bairro do Morumbi original, dos casarões, abrange uma pequena área na região selecionada. E mesmo essa região já está se descaracterizando como padrão residencial das mansões, uma vez que, atualmente, condomínios horizontais de alto luxo estão sendo construídos em terrenos de antigos casarões. Portanto, hoje, quando se fala “Morumbi”, trata-se do “Novo” Morumbi, um grande território onde ainda há muito verde, mas a moradia predominante é de composição social mista, pois ele foi ressignificado pelo marketing imobiliário.

A escolha da região e dos bairros da Subprefeitura do Butantã deve-se a dois critérios: o primeiro, alicerçado no passado, de caráter histórico, e o segundo, associado às novidades atuais que a região apresenta em termos do padrão predominante de urbanização de São Paulo em décadas passadas. Na década de 1970, realizamos pesquisa sobre as Sociedades Amigos de Bairros da Zona Sul nas então Regiões Administrativas (ARs) de Santo Amaro e de Campo Limpo. Eram regiões periféricas, que expressavam o padrão de urbanização então vigente de desenvolvimento em círculos concêntricos, do centro para a periferia, e concentravam um grande número de Sociedades Amigos de Bairros, responsáveis, em grande parte, pela obtenção da infraestrutura urbana e melhorias nos bairros. Essas regiões também foram palco de vigorosos movimentos sociais, notadamente os articulados pelas Comunidades de Base da Igreja (CEBs): Movimento Custo de Vida/Carestia, Movimento de Luta por Creches etc. Eram também regiões-dormitório de trabalhadores que migraram para São Paulo e passaram a representar a mão de obra básica do *boom* da construção civil e da quase verticalização nas regiões “nobres” paulistanas da Zona Sul, nos anos 1970 e parte dos 1980, como Moema, Campo Belo, Brooklin, Vila Mariana, Pinheiros e Jardins. A Zona Sul periférica era também o local de moradia da maioria das mulheres que passaram a trabalhar no serviço doméstico nas novas áreas nobres verticalizadas. Por isso, vários movimentos populares daquele período eram compostos basicamente por mulheres, como o Movimento por Creches, que nasceu e se tornou forte

na Zona Sul de São Paulo (Gohn, 1985).

Na atualidade, observa-se uma mudança do padrão de urbanização em São Paulo, da segregação concêntrica contínua no território para padrões mistos. Áreas nobres se formam em lugares antes de camadas médias baixas, e ocupações populares ocupam brechas nessas áreas e lá permanecem como enclaves.

O MORUMBI² NA ATUALIDADE: expansão das 'áreas nobres' e das favelas

Como assinala Caldeira,

O Morumbi e a Vila Andrade tiveram um significativo crescimento populacional nos anos 80. Apesar do Morumbi ser um bairro de classe alta há pelo menos 30 anos, ele mudou radicalmente depois do início da década de 80. O que era um bairro de enormes mansões, terrenos vazios e áreas verdes, foi transformado, depois de uma década de construção frenética, num distrito de edifícios. No final dos anos 70, ele foi "descoberto" por incorporadores imobiliários que decidiram aproveitar o baixo custo dos terrenos e o código de zoneamento favorável e o transformaram no bairro com o mais alto número de novos empreendimentos imobiliários da cidade durante os anos 80 e 90. [...] a novidade no Morumbi e na Vila Andrade não é só o volume de construção, mas também o tipo de construção: os conjuntos habitacionais murados (Caldeira, 2000, p. 244-245).

Conforme assinalamos anteriormente, se olharmos no mapa de São Paulo, o distrito do Morumbi propriamente dito abrange uma área pequena. Mas a força do capital imobiliário expandiu a região para efeito de venda de apartamentos, por meio da propaganda e do marketing, constituindo o novo Morumbi, onde proliferaram loteamentos denominados como Jardim, Vila, Parque, Cidade, Chácara, Granja, Hípica, etc.

² Segundo os historiadores, o Morumbi foi povoado em meados do século XVI pelos jesuítas, até que o Fisco Real, órgão controlador de terras na colônia, os expulsou em 1750, na época pombalina. No século XVIII, ele adotou "ares de nobreza" quando D. João VI desejou oferecer aos nobres da Corte um chá de melhor qualidade. Ele teria presenteado um produtor inglês, John Maxwell Rudge, com um terreno para o cultivo do chá, iniciando, assim, a plantação de chá no Brasil, na Fazenda Boa Vista do Morumbi, que hoje ocupa uma área de 8.000 m² e onde está localizada a Casa da Fazenda. A Casa da Fazenda foi construída em 1813 pelo Regente do Império, P. Antonio Feijó. Após a abolição da escravatura no Brasil, em 1888, o cultivo do chá entrou em decadên-

O novo Morumbi incorpora o Distrito de Vila Andrade, distrito esse que teve o maior crescimento da cidade de São Paulo no período entre 1990-2000 – 70% –, concentrando 5,8% do total de oferta de imóveis novos no início de 2002. A Vila Andrade foi a região campeã de lançamentos imobiliários nos últimos dez anos e, mais recentemente trouxe para a região a sofisticação e os serviços especializados antes existentes apenas em áreas nobres, como os Jardins, Higienópolis ou Vila Mariana. O grande número de colégios particulares e o preço do metro quadrado em unidades de luxo explicam igualmente a procura e o grande crescimento do novo Morumbi. Na Vila Andrade, localiza-se o Parque Burle Marx, assim como a região do Panamby, onde estão os condomínios verticais mais sofisticados da região. Ela também tem atraído edifícios comerciais, todos ao redor do luxuoso Shopping Jardim Sul.

Mas o Morumbi não é apenas a morada das camadas de alto poder aquisitivo. Contrastando com a forma de ocupação concêntrica que caracterizou a urbanização de São Paulo até 1970, na qual a segregação socioespacial entre zonas centrais e periféricas crescia em forma anelada, o Morumbi foi ocupado simultaneamente por loteamentos de alto padrão e por favelas. Forma-se, então, um mosaico, onde um morro, uma declividade, ou até mesmo uma rua, podem separar a moradia de grupos sociais distintos socioeconomicamente, gerando um padrão híbrido de ocupação do território. Há uma foto emblemática da região: um edifício, dos anos 1970, cujas varandas, com piscinas privadas, são todas voltadas para a favela Paraisópolis, que fica logo abaixo.

cia e com ele a Fazenda Boa Vista do Morumbi. Só em 1940 o antigo casarão foi reconstruído, mantendo o estilo colonial que veio a inspirar muitas mansões do bairro, em sua ala tradicional, horizontalizada. Atualmente, tomar o chá da tarde na Casa da Fazenda do Morumbi é um programa cultural e uma arte gastronômica. O Casarão tem abrigado também exposições de artistas e mostras de artesanato produzido com o apoio de entidades do Terceiro Setor patrocinadas por empresas e grandes eventos sociais. O nome Morumbi advém do tupi-guarani. Há controvérsias quanto ao seu significado, sendo citados os de colina verde em forma de cone, mosca verde e luta oculta. Qualquer que seja ele, os "nobres" também já lutaram para defender o bairro. Em 1974, seus moradores se organizaram para impedir que o Bosque do Morumbi fosse privatizado.

Para completar a caracterização do cenário dos bairros investigados, algumas linhas sobre o Distrito da Vila Sônia, que é composto por 43 bairros ou loteamentos. Vila Sônia propriamente dita é um bairro tradicional, de colonização japonesa, tendo inclusive uma avenida que se chama: “Imigrante Japonês”. Na Vila Sônia, observa-se um grande parcelamento do solo e a predominância de camadas médias. Contudo, a tendência tem sido a da transformação do padrão médio para a verticalização em alto padrão, devido ao encarecimento de outras áreas do Morumbi, à chegada do metrô etc. O que existe atualmente é um padrão misto, em que a mudança entre o alto padrão e o médio, ou até mesmo o popular, é brusca. A Av. Francisco Morato – principal via de articulação entre bairro e centro da região da Vila Sônia – está em processo de transformação de seu perfil em vários trechos, com o lançamento de altas torres de apartamentos para moradia, perto das estações do metrô, e abertura de lojas de redes de grandes supermercados. Dentre os bairros de Vila Sônia, Vila Morse está localizada numa baixada, com ruas íngremes, povoada por moradores das classes populares, antigos na região, e está também passando por uma completa reestruturação nos últimos anos: as casas populares estão sendo adquiridas por construtores de porte médio, que lá constroem conjuntos de sobrados (usualmente aos pares). A Vila Morse é cercada pelos “nobres” – a Vila Inah –, área de casas de alto padrão, Z 1, Jardim Leonor, e o Condomínio Quintas do Morumbi, uma antiga chácara de 60 mil m², que foi transformada, entre 1995 e 2000, em um condomínio com 11 torres. Manteve-se o bosque e o pomar originais, além do casarão da chácara, mas muitas árvores foram retiradas para dar lugar ao clube de lazer implantado no empreendimento. O Jardim Colombo – que também dá nome a um dos poucos ônibus coletivos que circulam na região – fica na zona pobre do distrito e está quase todo tomado pela favela do mesmo nome. Monte Kemel também é uma área popular, com córregos a céu aberto, próxima a cemitérios.

O ASSOCIATIVISMO ENTRE OS MORADORES DO NOVO MORUMBI DAE DA VILA SÔNIA

Existiam, em 2005, 149 entidades associativas listadas pela subprefeitura do Butantã, que atuavam em 133 agrupamentos de moradia na região do Morumbi e Vila Sonia. Das 149 entidades, 89 eram associações de moradores com diferentes denominações: sociedades amigos de bairros (a mais tradicional em São Paulo e a mais comum na região estudada), centro comunitário, união de moradores, associação de cidadãos etc. Também eram encontrados seis movimentos sociais: dois de moradia, sediados em bairros, dois movimentos de sem-teto, localizados em áreas de ocupação que não são ainda favelas, um movimento de Defesa do Cidadão, e um movimento de preservação, o “Defenda São Paulo” – que atua em toda a capital. Havia um Comitê de combate às Enchentes, especialmente do Rio Pirajussara, e várias ONGs, algumas famosas, como a Meninos do Morumbi; fundações ligadas a casas culturais, como a Fundação Oscar Americano; associações de empresários que atuam na área social ou em obras públicas; centros de convivência para jovens, associações culturais e científicas, como a Casa do Sertanista. Há ainda inúmeras entidades assistenciais, filantrópicas ou beneficentes, que atuam principalmente junto a creches e pré-escolas.

Na região do novo Morumbi, também em 2005, concentravam-se 30 das 89 Associações de Moradores da região do Butantã, sendo que 12 pertenciam a núcleos de favelas (várias delas têm o nome favela no próprio nome da entidade). As entidades que se destacam e predominam nos jornais de bairros são as localizadas nas áreas nobres. As associações de favelas localizadas em Paraisópolis, Real Parque, Jardim Panorama são as entidades comunitárias populares das favelas mais famosas da região.

Há associações de moradores de favelas na região do novo Morumbi que são mais recentes, como a AMACOL (Associação de Moradores e Amigos do Jardim Colombo), e outras mais antigas, como a União dos Moradores do Jardim Colombo e a Comunidade Jardim Colombo. As

principais reivindicações dessas entidades são: canalização de córregos, bocas de lobo, asfalto, obras para conter enchentes etc. Mas há também uma demanda fora do rol infraestrutura: a construção de uma biblioteca pública, algo notável se considerarmos o perfil dos moradores associados da AMACOL. A favela do Real Parque também demanda, além de serviços na área da cultura, serviços na área da saúde. É interessante destacar que a demanda na área da cultura, em vilas e jardins populares (favelas ou não), contém uma significativa racionalidade: eles demandam equipamentos que “ocupem” os jovens e adolescentes, que os afastem do mundo das drogas. Não demandam cursos que os profissionalizem, pois consideram que não há empregos e que, na área da cultura, os jovens se interessam mais, pois ela fala sobre o mundo deles. O *Hip hop* é muito mais valorizado do que um curso na área da marcenaria, por exemplo. O único curso que atrai os jovens e também os capacita para uma função é o de computação.

Ao lado das associações das favelas, existem outras entidades de moradores de áreas predominantemente populares, associativas ou religiosas que atuam no Morumbi e na Vila Sônia, a exemplo da União de Moradores do Jardim Monte Kemel e Vila Belo, da Sociedade de Amigos da Vila Morse, da Casa da Cultura do Butantã, a Rede de entidades do Butantã na área da saúde, Fórum de Entidades do Butantã, do Mosteiro de São Geraldo de São Paulo, ou do Movimento Defenda São Paulo, que atua em toda capital e tem grande espaço na mídia. Os dois distritos contam também com a atuação de inúmeras ONGs, com sedes e programas sociais na região. Destacam-se: Os Meninos do Morumbi, uma espécie de escola de educação não-formal para as crianças carentes do bairro, que funciona em um amplo galpão e é mantida por personalidades e entidades, como o filho do cantor Roberto Carlos, o grupo Pão de Açúcar e o Banco Itaú. A Fundação Abrinq também atua na região, apoiando os Projetos Amigo da Criança, Casa da Criança, e Empresa Amiga da Criança. Também são conhecidas a Fundação Gol de Letra, que oferece complementação escolar a 600

alunos de escolas (crianças e adolescentes), o Projeto Aprendiz, que conta com a colaboração de Gilberto Dimenstein, e o Instituto Ayrtton Senna.

A Associação Comercial de São Paulo, seção Butantã, tem atuado em projetos de reurbanização da região, especialmente da Av. Prof. Francisco Morato, a principal via de ligação entre bairro e centro da subprefeitura. O Banco do Brasil, a USP, o Jornal Estado de São Paulo e o SEBRAE também se fazem presentes em programas sociais e projetos localizados de reurbanização. O Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), entidade formada por vários empresários paulistas, desenvolve desde 2001 o Projeto Casulo, no Programa de Desenvolvimento Comunitário do Real Parque e Jardim Panorama.³

AS FAVELAS DO NOVO MORUMBI E DA REGIÃO DE VILA SÔNIA

Em 1987, havia 233.429 pessoas morando em favelas nos distritos do oeste e sudoeste da cidade, o que correspondia a 28,62% dos moradores de favelas de São Paulo. Em 1993, os moradores de favelas desses distritos aumentaram para 482.304, o que representava 25,36% dos residentes de favelas da cidade (São Paulo, SEMPLA, 1995, p.76; *apud* Caldeira, 2000, p.247). Em 2000, a população que morava nas principais favelas da nova região Morumbi era estimada em 47,7 do total da população do Morumbi propriamente dito, ou seja, quase a metade. A região insere-se parte na Sub-Prefeitura do Butantã e parte na do Campo Limpo. Segundo a administração do Butantã, havia, no início dos anos 2000, 54 favelas na área de sua responsabilidade, com um total de 350 mil habitantes. Já na

³ O ICE desenvolve projetos nas áreas de educação, saúde, saneamento, lazer etc. Na área de “Desenvolvimento Comunitário o Projeto Casulo tem o objetivo de potencializar os grupos formais e informais da comunidade, através de ações político-educativas centradas no desenvolvimento local. Pretende contribuir para a viabilização de novos ativos, formação de agentes sociais e lideranças comunitárias, capacitando-os como articuladores e implementadores de ações para o desenvolvimento de sua comunidade. Pretende ainda criar um Conselho Gestor tripartite, com representantes do Poder Público, da Iniciativa Privada e da Comunidade, que assumirá integralmente a gestão do Casulo no prazo de cinco anos.” Doc. Instituto Cidadania Empresarial.

Administração da Região do Campo Limpo – onde se situa parte da Vila Andrade e a favela Paraisópolis –, em 2003, registravam-se 2387 núcleos de favelas. No perímetro que delimitamos nesta pesquisa – o Novo Morumbi (Morumbi original e a Vila Sonia), além de Paraisópolis –, destacam-se quatro outras favelas: Real Parque, Jardim Panorama, Porto Seguro, Jardim Colombo I e II. Vamos fazer uma breve caracterização dessas últimas para nos determos, depois na Paraisópolis.

Panorama é a menor favela da região, com 2 mil habitantes e 280 domicílios, encravada na área mais valorizada do distrito de Vila Andrade. Parte dela foi eliminada pela compra ou troca com uma grande construtora para a construção do shopping Cidade Jardim e o complexo de edifícios de luxo que o acompanha. É interessante que os muros dessas edificações são tão altos, que esconderam a outra parte da favela que restou – a qual deverá também sair brevemente, a depender das negociações sobre os valores dos barracos. Real Parque é outra favela antiga e em área nobre. Tem 18 mil habitantes e situa-se na área de transição e de expansão do *boom* imobiliário dos anos 1980 (prédios residenciais de alto padrão) e anos 90 (escritórios e

hotéis de luxo, no lado oposto da famosa Av. Berrini, na Marginal do Rio Pinheiros). As favelas Real Parque e Jardim Panorama são próximas e formam um aglomerado. Em 2003, 11 entidades assistenciais ou organizacionais atuavam na área com suas populações, indo de associação de moradores, a Igrejas (católica, anglicana e seitas várias), o Instituto de Cidadania Empresarial, com uma unidade do Projeto Casulo, equipamentos de educação da prefeitura – uma escola e uma creche –, e até uma associação comunitária indígena, pois há 580 índios Pankararó (originários de Pernambuco), que habitam no local. Havia um conjunto residencial Cingapura na entrada da Favela Real Parque, com cerca de 2500 moradores. Além das 11 entidades, que formaram uma rede, há inúmeras instituições externas atuando no local via projetos e convênios, tais como a PUC/SP, a Politécnica da USP, a FAU/USP etc.

A FAVELA PARAISÓPOLIS

Paraisópolis, apresentada abaixo por uma foto emblemática, e foi selecionada porque é o maior e um dos mais peculiares agrupamentos de mora-



Foto: Tuca Vieira

dia em áreas ocupadas ou invadidas de São Paulo. Ela é a segunda maior favela de São Paulo, a quinta do Brasil e a quarta na América Latina. Possui 89 mil moradores, ocupa 1,5 milhões de metros quadrados e agrega 21 mil moradias, incluindo barracos, construções em alvenaria e sobrados e construções mais antigas e sólidas. Em 2000, o censo do IBGE encontrou ali 65 mil habitantes, sendo 13 mil crianças. Em 1996, segundo dados do IBGE, a população da favela Paraisópolis representava 45% dos habitantes da Vila Andrade, distrito onde ela se localiza. Em 2008, esse número já atingia a cifra de 80 mil habitantes. Em 2009, noticiou-se que eram 89 mil, com renda média de R\$ 614,43 (*Folha de São Paulo*, 3/2/2009, C1). Calcula-se que 80% da população local seja de origem nordestina, porque a região foi, e continua sendo, um grande espaço de acolhimento de migrantes daquela região. Inicialmente, eles vieram para São Paulo a fim de trabalhar na construção do estádio do São Paulo. Alguns ficaram na região e depois foram trabalhar na indústria da construção civil, que teve um *boom* nos anos 70-80. Aqueles trabalhadores, em sua grande maioria, foram os “receptionistas” de centenas de parentes e conhecidos do Nordeste, em seus barracos na Paraisópolis. Hoje, grande parte deles são os faxineiros e porteiros dos edifícios que ajudaram a construir, e suas mulheres e filhas trabalham como empregadas domésticas nas centenas de apartamentos que foram edificadas na região.

Em 2008, segundo a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, o índice de desemprego na favela era de 22,6%. Paraisópolis é a única, entre as 1573 favelas de São Paulo, cuja área não pertence ao poder público ou a um pequeno número de proprietários. Ao contrário, era um loteamento muito antigo; alguns citam os anos 20 do século passado como sua origem, ou, mais precisamente, 1923. Eram lotes grandes e chegou a ter 2529 proprietários. Com a construção do estádio do São Paulo e a transferência do governo estadual para o Palácio do Morumbi, a região foi tomando “ares” de nobreza, lugar de mansões das elites, que foram se deslocando dos Campos Elíseos, no

início do século XX, para Higienópolis e Av. Paulista, a partir dos anos 30, e para os Jardins, nos anos 40-50. Nos anos 60, o ciclo de novos loteamentos que se abriu encontrou, na região do Morumbi, áreas propícias. Era o sonho da casa própria via a construção de uma minimansão, para muitos profissionais liberais, professores universitários, comerciantes etc. – as novas camadas médias então ascendentes.

Nos anos 70, ocorreu o *boom* da construção civil na Zona Sul de São Paulo, bem como o grande fluxo migratório do Nordeste para essa capital. Em São Paulo, a partir dos anos 1970, ocupar terrenos passou a ser a forma de alojamento dos operários da construção civil, pois canteiros de moradia na própria obra não eram usuais. Assim surgiu Paraisópolis, singular também por ter sido criada a partir da ocupação de um loteamento de classe média. Isso gerou casos pitorescos, ações judiciais e, posteriormente, dificuldades para a regularização das ocupações, pois os proprietários dos terrenos invadidos deixaram de pagar os impostos, já que o poder público não promovia a desocupação da área, gerando dívidas astronômicas com o fisco municipal.

Em 2007, foi promulgado um decreto permitindo que esses proprietários doassem os terrenos na Paraisópolis, abatendo as dívidas dos impostos, ou trocassem a dívida por certificados da Prefeitura de potencial construtivo – aqueles que podem ser vendidos a construtoras interessadas em erguer edifícios em regiões onde é possível a troca de limites de zoneamento. O ano de 2007 foi também o início da implantação do plano de regularização fundiária e urbanização da favela, pois seu contingente populacional era de tal ordem, que não se poderia mais pensar em retirar a população invasora, e sim em regularizar a ocupação. Criou-se um Conselho Gestor de Urbanização de Paraisópolis, o qual elaborou um plano de obras para transformar, gradativamente, a favela em um bairro popular. Os próprios moradores passaram a se autodenominar como moradores e uma “comunidade”, não como uma favela.

Em 2001, Paraisópolis inovou quando re-

criou sua associação de moradores, juntamente com a Favela Heliópolis – a maior de São Paulo – sob a forma de uma “Prefeitura Local”. O nome oficial da entidade originária é União de Moradores de Paraisópolis, criada em 1983. Atualmente, são realizadas eleições na associação a cada dois anos. Um ex-presidente da associação foi também presidente da Federação das Favelas de São Paulo, em três mandatos, e conseguiu eleger-se vereador em 2005 pelo PSDB, mas não se reelegeu em 2008. Nos últimos anos, a favela Paraisópolis, ou a comunidade de Paraisópolis, como preferem seus moradores, tem sido assediada por diferentes grupos políticos partidários que atuam junto a suas associações comunitárias. Com isso, as demandas têm se politizado e saído do plano apenas local para abranger problemas de ordem mais geral e estrutural, como o emprego. Durante a campanha eleitoral de 2008, por exemplo, a União de Moradores sistematizou suas demandas em três reivindicações: urbanização com garantia de moradia para todos, educação (da alfabetização à universidade) e qualificação para um emprego com carteira assinada. A União tem atuado desde 2003 no campo da educação – tanto para alfabetização de adultos como na oferta de cursos para qualificação profissional – em parceria com a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES). Cursos de Técnicas Administrativas, Informática, Manutenção de Computadores e Operador de Telemarketing são ministrados para jovens, que depois são encaminhados para o Centro de Integração escola Empresa (CIEE).

A questão educacional é crítica na favela de Paraisópolis, pois, em 2008, havia ainda 5000 crianças fora da escola. Em 2008, foi inaugurado um CEU (Centro Educacional Unificado), com capacidade para atender a 2,8 mil alunos; mas dados de 2009 indicam que 54% da população da área possuíam apenas o ensino fundamental, e só 7% ingressaram no ensino do terceiro grau. (Datafolha, 2007). Em 2005, por meio de um projeto de urbanização da prefeitura municipal e contando com o apoio de dados da SEHAB, “descobriu-se” que a favela tinha 15 mil

analfabetos, cerca de 19% da sua população.

Em 2007, auxiliada inicialmente por jovens do Rotary Clube de Campo Limpo, a União de Moradores criou o projeto Escola do Povo, ao qual se seguiram programas governamentais de alfabetização (como o Programa Brasil Alfabetizado), com o apoio ou em parceria com entidades como o Carrefour, o Jóquei Clube de São Paulo e lojas do Shopping Jardim Sul. O projeto tem até um “padrinho” – o jornalista Chico Pinheiro – que acabou por divulgá-lo na mídia. Quando a escola foi iniciada, foram mobilizadas 600 alfabetizadores, 15 coordenadores e 30 supervisores para atender a 1040 alunos, distribuídos em 52 turmas. Mas o programa cresceu tanto que extrapolou a capacidade da União em desenvolvê-lo em sua sede e passou a ocupar outros espaços como ONGs, igrejas, garagens, danceterias, e salas da unidade do Hospital Einstein que funciona na favela. O projeto de alfabetização da Escola do Povo dura seis meses e funciona duas vezes por semana, com aulas de três horas. Há propostas para a continuidade do ensino fundamental e a conclusão do ensino médio, assim como um convênio com o Instituto Mackenzie para vagas no Prouni. Essa universidade mantém um cursinho pré-vestibular na favela.

A escola do Povo não é criação da Paraisópolis. Em 2008, havia 15 núcleos do projeto em São Paulo, atuando em sedes de Associações de Moradores e funcionando em vários turnos. Destaca-se, na Escola do Povo, o apoio da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), entidade fundada em 1988, assim como o apoio da Federação das Mulheres Paulistas (FMP), criada em 1981, a primeira federação de mulheres fundada no Brasil na era movimentalista dos anos 80. A favela tem também um movimento de mulheres local – a Associação de Mulheres de Paraisópolis. O Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), criado em 1995, é outra entidade que apoia a Escola do Povo. Já em 2007, o projeto ganhou o prêmio da revista *Dolce Vita*, na categoria “Ação em Educação & Cultura”. A Escola do Povo mobiliza igualmente jovens da própria Paraisópolis e de fora da favela, em congressos juvenis, a exemplo do I Conferência da

Juventude de Paraisópolis, ocorrida em 2008. Os jovens representavam, em 2008, 31% da população local. Tendências políticas da esquerda, presentes entre organizações de jovens no plano nacional, como o MR8, têm participado desses eventos, principalmente através a UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Em 2008 a União de Moradores criou uma Cozinha Comunitária, a partir de doações, objetivando profissionalizar moradores da área através da produção e distribuição de alimentos. Em 2009, o projeto de uma nova sede para a associação – idealizado pelo arquiteto Franklin Lee – entrou em fase de captação de recursos. Com salas, quadra esportiva, anfiteatro e até horta comunitária, a ideia é criar um centro cultural que acolha os vários projetos sociais ali desenvolvidos – como a biblioteca comunitária, a capacitação profissional, a alfabetização de adultos da Escola do Povo e os cursos de pré-vestibular. A nova sede deverá ainda promover atividades socioeducativas e culturais para a população. O projeto já tem o aval da Secretaria Municipal de Habitação e, curiosamente, foi elaborado por um arquiteto que é filho de um ex-proprietário de lote na região onde a favela cresceu. Junto da nova sede, deverão ser implantadas hortas comunitárias, outro projeto da União. O terreno onde essa sede se localizará é emblemático – fica ao lado de um “escadão” de 183 degraus, que liga a favela à Av. Giovanni Gronchi, principal avenida que corta a região do Morumbi. Esse “escadão” foi construído após muitas demandas e lutas, pois a maior parte da favela fica em um grande buraco, às margens da Av. Gronchi. Como a maioria dos moradores trabalha na própria região do Morumbi, o acesso às ruas do bairro ou aos principais pontos de ônibus é feito por esse “escadão”. O site Paraisópolis informa que

No ano passado (2008), o projeto da União dos Moradores de Paraisópolis ficou entre os 12 finalistas do Deutsche Bank Urban Age Award, uma premiação que, naquele ano, selecionou trabalhos que apresentaram soluções criativas para problemas de São Paulo. A sede da associação foi escolhida entre 133 projetos. Mas quem ganhou o prêmio de US\$ 100 mil foi o programa de revitalização de um cortiço do centro da capital. (www.paraisopolis.org).

Ainda no plano de projetos, em 2009, Paraisópolis esteve representada na Bienal de Arquitetura de Roterdã. O projeto apresentado reuniu três grupos internacionais de arquitetos: o Urban Think Tank de Nova York, ligado à Universidade de Columbia, o Elemental do Chile, ganhador do Leão de Prata da Bienal de Veneza de 2008, e o suíço Christian Kerez, famoso por suas obras minimalistas. Do Brasil participaram Edson Elito, criador do Teatro Oficina, Lina Lo Bardi, Ciro Pironi, criador da Escola da Cidade, e Marcos Boldarini.

O diferencial do projeto não é apenas o caráter internacional de seus formuladores e o *status* que ganhou ao ser apresentado na Bienal de Roterdã. O diferencial é a possibilidade da participação dos moradores na execução de suas novas moradias (compondo o interior ou criando a própria fachada) e a existência de espaço para futuras expansões. Em termos do coletivo, o projeto inclui um Centro Comunitário e uma Escola de Música, elevadores em áreas de grandes desníveis (lembrando o elevador Lacerda, de Salvador), despoluição do córrego local e criação de áreas de lazer nas suas margens, prédios de uso misto (moradia e comercial), ciclovias de acesso à futura estação do metrô da região. Ou seja, no projeto, Paraisópolis se transformaria em um território que justificaria seu nome – “cidade paraíso”. Como isso, realmente, se desdobrará, como serão evitadas novas ocupações que continuamente adensam o local, ou como serão contornados problemas focais como violência e drogas são indagações que surgem à primeira vista. Segundo a Prefeitura de São Paulo, ela já disponibilizou recursos para a execução de partes do projeto, cuja conclusão está prevista para 2011.

Como foi visto, a favela Paraisópolis destaca-se no conjunto das existentes em São Paulo não apenas pela sua origem (um loteamento particular que foi invadido aos poucos) e pela sua localização – encravada junto a mansões e condomínios de luxo ou básicos – de moradia das camadas médias. Ela se destaca, também, porque tem o apoio de um conjunto de personalidades, empresas e

empresários. O site já mencionado acima listou, em 2008, 41 entidades ou projetos sociais que atuavam na comunidade, alguns com sede na própria comunidade e outros não. Atualmente, existem cerca de 50 entidades, entre associações, ONGs e instituições filantrópicas que desenvolvem projetos e trabalho social em Paraisópolis, sendo os mais famosos o Hospital Albert Einstein e a ONG Meninos do Morumbi. O Programa Einstein na Comunidade foi criado em 1998 e possui um ambulatório hospitalar dentro da própria favela, além de um extenso programa de voluntariado. A Universidade Mackenzie desenvolve um cursinho preparatório para vestibulares na favela. Há um Espaço Esportivo e Cultural Bovespa e uma Escola da Comunidade, mantida pelo Colégio Porto Seguro que atende, em suas instalações, a 850 crianças de Paraisópolis, em atividades de reforço escolar. Registram-se, também, iniciativas louváveis, como a de um morador que criou uma biblioteca para consulta pública aberta aos demais moradores da favela. Nos últimos anos, inúmeros projetos sociais têm se destacado em Paraisópolis no campo da economia solidária, com pequenos empreendimentos para geração de renda, especialmente oficinas de costura para confecção de jeans reciclados. Os produtos são vendidos em *Shopping Centers* da cidade. Moradores da favela lutaram e conseguiram a concessão de uma rádio comunitária para ter espaço e alternativas de informação para a população local. Há um jornal, o *Espaço do Povo*, uma publicação do Centro Cultural Espaço Jovem da Paraisópolis.

Em 2009, encontramos cinco Associações de Moradores ou de Amigos que atuam dentro de Paraisópolis. A mais ativa é a União de Moradores e do Comércio de Paraisópolis, que abriga vários dos projetos citados acima, assim como acolhe ONGs e outros movimentos sociais, como a Associação da Mulheres de Paraisópolis. No conjunto das entidades, destaca-se também o Fórum Multi-entidades de Paraisópolis, criado em 1994, o qual congrega as ONGs do bairro. “São cerca de 25 entidades que operam em rede, com reuniões mensais nas diversas organizações em sistema de rodí-

zio, objetivando fortalecer as iniciativas populares em Paraisópolis e os esforços para melhoria da qualidade de vida na região. Não tem filiação política, religiosa ou comercial”, segundo informação divulgada no site www.paraisopolis.org.

Associações de moradores de favelas, como a de Paraisópolis, conseguem algum espaço na mídia pela sua densidade populacional, ou quando ocorrem desastres – incêndios, deslizamentos na época das chuvas, crimes e sequestros-relâmpago. Em 2001, houve um grande incêndio na favela, e 79 famílias perderam suas casas. Em 2002, o incêndio ocorreu no Jardim Panorama, e 742 pessoas ficaram desabrigadas. Em 2009, uma rebelião relacionada a crimes e drogas levou à ocupação da favela pelas forças policiais. Foi o maior noticiário já feito sobre Paraisópolis na mídia televisiva, *on line* e escrita. Foi organizada uma grande operação policial que ocupou a favela por vários dias, após um grande motim e quebra-quebra. O motivo inicial noticiado foi uma rebelião de moradores, que fecharam avenidas importantes próximas à favela, atearam fogo em pneus, pedaços de madeira etc., em protesto contra a morte de um morador. Inicialmente, 150 soldados da PM foram deslocados para o local e houve um conflito que durou seis horas, com tiroteios, prisões, barricadas e feridos. A favela ficou às escuras, entradas e saídas foram proibidas. As cenas da ocupação policial e a resistência de moradores com barricadas de fogo, paralisação do trânsito local etc. foram ao ar em jornal nacional, em chamadas na TV, à moda de como são reportados acontecimentos de urgências e catástrofes. Nos dias que se seguiram aos conflitos, a favela foi ocupada por cerca de 300 policiais, alterando o cenário e o imaginário da população moradora ao redor da favela. Uma moradora de um prédio de alto padrão, próximo à favela, chegou a afirmar, em entrevista na mídia, que “caiu a ficha” sobre onde morava, e comparou a situação com a do Rio de Janeiro. Por vários dias, a entrada e a saída dos moradores da favela foi controlada, e a imprensa noticiou cenas de medo e violência.

Deve-se destacar ainda a intensa sociabilidade existente na Paraisópolis devido às redes de vizinhança e parentesco existentes. Pesquisa de

Comin (2008) comprovou que “os mecanismos de integração social produzidos pelas redes de relações primárias e associativas, tais como as religiosas, as familiares, as de vizinhança, as de caráter civil etc., que se entrecruzam e se retroalimentam.”, e explicam grande parte da estrutura social existente. O dinamismo da vida sociocultural existente não se deve, portanto, apenas à presença de uma grande rede de associações, ONGs e entidades de apoio, mas se deve, sobretudo a redes pessoais, aos laços sociais e à experiência cotidiana das pessoas e dos diferentes grupos sociais locais, de compartilhamento de valores, estruturas de parentesco, amizade etc..

A PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES DO NOVO MORUMBI E DA VILA SÔNIA NA GESTÃO URBANA

Alvaro Comin destaca que “transformações na estrutura produtiva, no mercado de trabalho, no território e nos instrumentos urbanísticos são apenas algumas das grandes questões que precisam de novas lentes para a produção de análises que subsidiem o planejamento da cidade” (2008). Acompanhar as relações que vêm se estabelecendo entre os diferentes segmentos socioeconômicos da região do Morumbi, no que se refere ao planejamento urbano da área, faz parte desse novo olhar, ou de novas lentes. Assim, na elaboração do Plano Regional do Morumbi, em 2003, o problema principal demandado pelas entidades que representam as áreas nobres dizia respeito ao trânsito. Segundo um dos diretores das entidades citadas acima, “a região foi projetada para ser fechada em termos urbanísticos, mas hoje é um bairro de passagem, o que aumenta demais o trânsito local”. Certamente que a liderança em tela se refere a partes do núcleo horizontalizado, de casas e grandes sobrados. Mas, de fato, as vias de trânsito local da região, ou de sua ligação com as áreas mais centrais, são praticamente as mesmas de décadas atrás, quando o bairro não havia se verticalizado. Foram criados novos acessos à região, mas o grande problema atual é o fluxo

de carros, a falta de alternativas na malha viária.

Os moradores do Novo Morumbi demandaram, no Plano Diretor em 2003, a construção de uma nova ponte sobre o Rio Pinheiros e um túnel sob a Av. Giovanni Gronchi, ligando a Av. João Dias à Av. Francisco Morato. Demandaram também uma regulamentação sobre a abertura de supermercados e estabelecimentos comerciais na região: formularam a sugestão de proibir os que tenham menos de 1.000 m². A ponte foi construída; aliás, foram duas – uma delas inaugurada em 2007, conhecida como ponte estaiada, ganhou o nome do jornalista Otávio Frias, e logo foi incorporada como novo marco da arquitetura paulistana, transformando-se rapidamente em um dos cartões postais de São Paulo. Até a Copa do Mundo de 2014, está prevista a construção de novas vias para o transporte na região, inclusive uma linha de monorail, tendo em vista que o Estádio do Morumbi, localiza-se na região.

Agravando o tráfego na região, para além da densidade populacional, há um grande número de escolas particulares tradicionais e famosas em São Paulo. Só nos subdistritos do Morumbi propriamente dito e da Vila Andrade, há 19 grandes escolas particulares e 8 públicas, além de hospitais famosos, como o Albert Einstein e o São Luiz, e o próprio trânsito diário ao Palácio do Governo.

Ao final de 2008, após um curto período de crise econômica – fruto da conjuntura internacional – o governo federal deu grande incentivo à aquisição de carros novos, ao reduzir alíquotas de impostos sobre os automóveis e outros bens. Esse fato aumentou enormemente a frota de veículos circulantes na capital paulista, como em todo o país, agravando os problemas de trânsito. Na região do Morumbi, o resultado foi um verdadeiro “engessamento” na principal via de acesso da região, a Av. Giovanni Gronchi, tornando o fluxo de saída e entrada dos moradores da região, pela manhã e à tarde, uma verdadeira *via crucis* diária.

Nesse cenário, os moradores da região nobre do Morumbi reivindicam a construção de uma avenida paralela à Av. Giovanni Gronchi (o que é um problema social, porque implica desalojar parte

dos moradores de Paraisópolis), além de mais uma ponte para atravessar o Rio Pinheiros. Essas duas grandes obras estão previstas para conclusão até 2014. Há ainda, no bairro, córregos não canalizados e problemas de alagamento na época das chuvas ao redor do estádio conhecido como estádio do Morumbi, que também deverá passar por grandes reformas.

A defesa do verde, principalmente em áreas que ainda não foram devastadas, é a segunda maior reivindicação dos moradores das áreas nobres. A diferença é que eles não ficam apenas no discurso ou reivindicação da preservação do verde: eles assumem obras de reurbanização, fazem parcerias com a subprefeitura e urbanizam praças. Há também uma grande articulação contra a densificação disfarçada dos bairros nobres: casarões que ocupam grandes terrenos têm sido adquiridos por grandes incorporadores que constroem condomínios horizontais de casas térreas ou sobrados. Em alguns casos, um lote gera 8 ou 10 novas moradias, algumas de alto luxo, preços altos e uso de tecnologia informatizada em seu interior. Segundo os líderes de entidades de moradores, esse tipo de moradia trará a degradação ambiental porque aumentará o fluxo de pessoas e de carros, com perda da qualidade de vida, associada à existência de grandes áreas verdes e reduzida poluição. O preço que dizem pagar por essa perda é o isolamento, a distância, a falta de segurança e problemas de trânsito.

Já os representantes das associações das favelas locais têm outras prioridades. O presidente da União de Moradores e do Comércio de Paraisópolis demandou a reurbanização da área, centros de lazer e a abertura de ruas sem saída que cortam a favela Paraisópolis e não tem acesso à Giovanni Gronchi. Para a maioria das favelas, saneamento é a prioridade atual, principalmente a canalização de córregos. Em Paraisópolis, já bastante urbanizada, reivindicam-se equipamentos de lazer, pelo fato de não se ter nenhuma praça ou área para a prática de esportes ou outra recreação. Em 2008, a favela também inovou ao organizar um setor de esportes e sua participação no Programa

Circuito das Corridas Populares. A corrida foi em ruas da própria favela, mas contou com treinos e treinador. Observe-se que a entidade de moradores de Paraisópolis é uma novidade criada nos anos 1990 no associativismo urbano das camadas populares, porque inclui a representação dos moradores junto com a dos comerciantes. Nos anos 1950-1960 e 1970, os comerciantes também predominavam nos cargos das antigas SABS, mas o nome da entidade, sua identidade, era a de morador e não a do comerciante.

Todo o cenário descrito está sofrendo alterações no final desta década, a partir das novas orientações e regulamentações advindas do Estatuto das Cidades, que obriga cada município a cuidar de suas áreas com habitação subnormal ou irregular.

Se essa política for efetivamente implementada, moradores de favelas como os da região do Morumbi deverão, necessariamente, dialogar com os vizinhos para a delimitação da região fundiária e outros temas (negociando com os ricos das “mansões” ou proprietários das glebas de terras onde estão instalados), para definir quem os representará nesses diálogos. Certamente, as Sociedades Amigos de Bairros ganharão vida e luzes da mídia nesse processo. Algumas entidades já estão caminhando nessa direção, como o Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), que inaugurou, em 2003, um projeto na favela Real Parque e propôs um Conselho Gestor tripartite para administrar o equipamento, composto de moradores (favelas e condomínios), poder público e técnicos e empresários do ICE.

CONCLUSÕES

Há um novo modelo de urbanização em curso em São Paulo, pois ricos e pobres convivem na mesma região, separados muitas vezes por um muro, uma avenida, um pequeno morro. O modelo da segregação em áreas periféricas não acabou, já que novas periferias continuamente estão se formando, em anéis concêntricos à cidade e cada vez mais longe de suas fronteiras. Mas a pobreza que

se estabeleceu nos anos 1960-70, em áreas consideradas então como periféricas, agora convive com mansões e condomínios de luxo, a exemplo dos casos aqui retratados. É um processo diferente do que ocorre no Rio de Janeiro, porque foram os moradores de maior poder aquisitivo que avançaram em áreas periféricas, ocasionando uma “carioquização” da ocupação do solo em São Paulo. Favelas que não se situam em morros, mas em baixadas e declives, convivem ao lado de condomínios de luxo. Os mesmos problemas de segurança, tráfico, guerra, entre quadrilhas e outras mazelas dos poderes paralelos, estão também presentes em São Paulo, da mesma forma que no Rio de Janeiro.

Os pobres garantem sua sobrevivência trabalhando no setor de serviços para os ricos ou camadas médias do Morumbi. E sobrevivem também graças às redes de sociabilidade que desenvolveram entre parentes e “conhecidos da terra”. Duas cidades convivem lado a lado, e a dos pobres consegue alguns melhoramentos graças às ações solidárias e às redes de associativismo existentes. No caso da favela Paraisópolis, essa rede inclui moradores e lideranças, sendo que algumas delas têm percorrido os caminhos já clássicos na política brasileira: presidente da associação de moradores, vereador, etc. Há também uma forte presença de agentes externos, que podem ser subdivididos em duas categorias: aqueles que desenvolvem ações sociais de diferentes tipos na favela e os que apoiam financeiramente os projetos sociais ou a mídia (jornalistas, radialistas, jogadores de futebol, fundações empresariais e outros agentes do Terceiro Setor).

Costurando esse leque de relações, ações e projetos, encontramos a presença do poder público, via programas sociais, como o Bolsa Família, o Brasil Alfabetizado, ações na área da saúde e educação, assim como a ocupação ou intervenção militar em situações de conflito. Partidos e grupos político-partidários também atuam na favela, principalmente na programação com os jovens. Movimentos sociais, como o das mulheres ou dos afrodescendentes, convivem com associações,

ONGs e outras entidades caritativas e assistenciais. Do ponto de vista da religião, todas as seitas e crenças são encontradas, mas são os católicos que estão à frente da maioria das ações sociais, via os mosteiros e colégios que possuem no Morumbi e do trabalho de instituições que contam com seu apoio, como a Cáritas. Destaque-se também o grande número de organizações espíritas na região.

Concluindo, este texto desenhou o cenário de uma região “famosa” e contraditória de São Paulo: o Morumbi. Local de moradia de ricos e moradia e trabalho de pobres. A sociabilidade e a solidariedade existentes contêm elementos novos e elementos “antigos” agora reciclados, como as formas tradicionais de participação – via associação de moradores, grupos político-partidários e uns poucos movimentos sociais propriamente ditos. Podemos falar de um interclassismo em curso, com interações e diálogos sobre questões comuns, mas separação e defesa de interesses de classes específicos no tratamento de outras questões. No associativismo existente, não se trata do dualismo entre o tradicional e o moderno, nem do velho e do novo. Trata-se de um novo amálgama, em que um novíssimo tipo de associativismo está nascendo, interclassista, carregando elementos conservadores mas também pequenos grãos de inovações e possibilidades transformadoras. A Escola do Povo pode ser citada como um de seus exemplos. A experiência de Paraisópolis é completamente diferente de outras formas de urbanização já ocorridas em São Paulo, porque ela está passando da fase “favela” para a fase “bairro popular”, sem expulsar seus antigos moradores.

(Recebido para publicação em dezembro de 2009)
(Aceito em fevereiro de 2010)

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

AVRITZER, Leonardo (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

- BLOCH, Janaina Aliano. *Movimentos de moradia no centro de São Paulo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 2007
- BÓGUS, Lúcia M.M.; TASCHNER, Suzana P. A Cidade dos anéis. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo, FAU/USP n.28, 1998.
- CALDEIRA, Tereza Pires. *Cidades de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.
- CALDERÓN, Adolfo C.; CHAIA, Vera (Org.) *Gestão Municipal: descentralização e participação popular*. São Paulo: Cortez Ed. 2002.
- CARLOS, Ana F.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (Org.) *Geografias de São Paulo. A metrópole do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004. v.2.
- COMIN, Alvaro. *Dinâmica econômica e transformações territoriais da Cidade de São Paulo*. São Paulo: CEBRAP, 2008.
- CONFERÊNCIA DAS CIDADES. *Carta de Convocação e Documento Final*. São Paulo: 2001.
- DAGNINO, E.; OLIVERA, A. J.; PANFICHI, A. (Org.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo/Campinas: Paz e Terra; Unicamp, 2006.
- IBGE. *Censo de 2000*. Rio de Janeiro: 2002.
- INSTITUTO FLORESTAN FERNANDES. *São Paulo: dinâmicas e transformações*. São Paulo: 2001. 1CD
- FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Cortijos na cidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1994.
- FIX, Mariana. A 'fórmula mágica' da 'parceria: operações urbanas em São Paulo. *Cadernos de Urbanismo*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, v.1, n.3, 2000.
- FÓRUM Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais. *Poder local, participação popular e construção da cidadania*. São Paulo: Ed. Instituto Cajamar/ Instituto Polis/FASE/IBASE, 1995
- FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. *Estatuto da cidade*. São Paulo: [s.d.].
- GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. *Teoria dos movimentos sociais*. 8.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- _____. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Loyola. 2008.
- _____. *Sem-terra, ONGs e cidadania*. 3.ed. São Paulo: Cortez. 2003
- _____. *Movimentos sociais e educação*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. (Org.). *Movimentos sociais no século XXI*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. Os movimentos sociais em São Paulo. In: BÓGUS, Lúcia M.M.; TASCHNER, Suzana. (Org.). *Como anda São Paulo*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/LetraCapital, 2009. Cap. 8, p.231-250.
- MARQUES, Eduardo C. *Projeto redes sociais, sociabilidade e pobreza*. São Paulo: Cebrap, 2008.
- MIAGUSKI, Edson. *Os movimentos de moradia de São Paulo nos anos 90: entre a experiência democrática e o encapsulamento privado*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 2008.
- POCHMANN, Márcio; AMORIN, Ricardo (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- RICCI, Rudá. Associativismo paulistano e cultura ambivalente. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- SANTOS, Boaventura S. (Org) *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2002
- SOUZA, Maria Adélia. *A identidade da metrópole. Verticalização em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- TASCHNER, Suzana P. Desenhando os espaços da pobreza. *Cadernos de Pesquisa LAP*. São Paulo, FAU/USP, n.39, 2004.
- TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global-limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.
- TOURAINÉ, A. *Podremos vivir juntos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

NOTA:

Aprovado em Agosto de 2002 pela Câmara Municipal de São Paulo, e sancionado em setembro do mesmo ano, o Plano Diretor estabeleceu um cronograma de trabalho, dividido em três etapas, para que as 31 subprefeituras elaborassem seus planos regionais, e constituiu-se numa oportunidade para a reativação do papel das Sociedades Amigos de Bairros, Associações de Moradores, Associações de Favelas, etc. e para o surgimento de novos movimentos sociais, na área da Segurança e Cidadania; e para a legitimação - pela mídia escrita, de alguns movimentos que já existiam mas não eram tão conhecidos pela a opinião pública, a exemplo do "Defenda São Paulo", "Viva Centro", "Paulista Viva" etc. assim como resgatou o papel do profissional do urbanismo como ator relevante - elaborando propostas ou criticando-as/comentando-as na mídia. A participação das entidades se fez predominantemente nas etapas 1 e 2 pois elas objetivam, segundo o então Secretário de Planejamento Urbano, Jorge Wilhelm captar "respostas locais àquilo que é o objetivo do plano regional, onde se pode melhorar o ambiente, a habitação, o que há para preservar e quais os centros de bairro a serem dinamizados" (Folha de São Paulo, 16/10/2002, C1). O Plano voltou a ser rediscutido em 2008 e deverá sofrer novas modificações em 2009-2010.

**MORUMBI: the contradictory region-neighborhood
of São Paulo**

Maria da Glória Gohn

This paper presents a study on the urbanization process in São Paulo on one of its more contradictory districts: Morumbi. Currently, the Morumbi region has the second largest slum in Sao Paulo, Paraisópolis, the fifth in Brazil and fourth in Latin America. Given the complexity of region-neighborhood in socioeconomic, political, cultural and environmental terms, in this paper, data are analyzed according to two articulated movements. The first, more general, depicts the scene of its landscapes, the changes over the past 30 years, regarding both the verticalization of housing for the upper and middle layers of the population, and the creation of points of luxury consumption and modern office towers. The second movement depicts the expansion and growth of its slums, analyzing existing sociability in residents' associations of Paraisópolis and major social projects that are developed there.

KEYWORDS: civil associativism, metropolitan urban requalification, social projects in poor areas, Paraisópolis Slum and Morumbi, São Paulo.

**MORUMBI: le quartier-région contradictoire de
Sao Paulo**

Maria da Glória Gohn

Il s'agit d'une étude concernant le processus d'urbanisation dans l'un des quartiers les plus contradictoires de la ville de Sao Paulo : le Morumbi. Actuellement, la région du Morumbi abrite la deuxième plus grande favela de Sao Paulo, Paraisópolis, qui occupe le cinquième rang des favelas au Brésil et le quatrième en Amérique Latine. Vu la complexité du quartier-région en termes socio-économiques, politiques, culturels et environnementaux, les données sont analysées en fonction de deux mouvements articulés. Le premier, plus général, décrit le scénario de ses paysages, les changements qui ont eu lieu au cours des 30 dernières années autant en ce qui concerne la "verticalisation" des habitations pour les classes moyennes et les classes supérieures que la création de pôles de consommation de luxe et la construction de tours modernes de bureaux. Le deuxième mouvement reflète l'expansion et la croissance de ses favelas et analyse la sociabilité qui existe au sein des associations d'habitants de Paraisópolis et les principaux projets sociaux qui y sont implantés.

MOTS-CLÉS: associativisme civil, requalification urbaine métropolitaine, projets sociaux en zones pauvres, Morumbi et Favela Paraisópolis, Sao Paulo.

Maria da Glória Gohn – Doutora em Ciência Política. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp e do Programa de Pós Graduação da Universidade Nove de Julho e de Comitês Acadêmicos e de Assessoramento da ISA e do CNPq. Vice-Presidente do Comitê "Social Movements and Social Classes" da ISA-International Sociological Association. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana e Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, participação social, educação não-formal, associativismo, cidadania e políticas sociais. Entre as suas publicações mais recentes estão os livros *Novas Teorias dos Movimentos Sociais* (2 a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009), *Movimentos Sociais e Educação* (7 a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009), *Movimentos Sociais no Início do Século XXI* (4 a. ed. Petrópolis: Vozes, 2010), *Educação Não Formal e o Educador Social- Atuação no desenvolvimento de projetos sociais* (São Paulo: Cortez, 2010), *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações no Brasil Contemporâneo* (Petrópolis: Vozes, 2010).